

## **BRASIL, ÁFRICA E ÁSIA NA EXPERIÊNCIA IMPERIAL PORTUGUESA: NOVAS LEITURAS SOBRE O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS**

### **BRAZIL, AFRICA, AND ASIA IN THE PORTUGUESE IMPERIAL EXPERIENCE: NEW READINGS ON THE OLD REGIME IN THE TROPICS**

DANIEL COSTA<sup>1</sup>

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; GUEDES, Roberto; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). **Brasil, África e Ásia na Monarquia Portuguesa (séculos XVI–XVIII)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024, 656 p.

A discussão acerca do Antigo Sistema Colonial (ASC) e do Antigo Regime nos Trópicos (ART) ocupa lugar central na historiografia brasileira, especialmente nos esforços voltados à compreensão da formação social e política da América portuguesa. Embora constituam categorias analíticas distintas, ambas procuram explicar os modos de organização e funcionamento do império português no ultramar. A interpretação do ASC privilegia a análise das relações econômicas entre metrópole e possessões ultramarinas, enfatizando mecanismos de exploração mercantil e de dependência. Já a perspectiva do ART propõe deslocar o foco para as dinâmicas políticas e institucionais do império, ressaltando a circulação e adaptação de práticas, normas e instituições próprias da sociedade de Antigo Regime. Nessa leitura, ganham destaque categorias como conquista, jurisdição, privilégio e negociação, bem como o caráter corporativo e polissinodal da monarquia portuguesa, marcado por relações pactuadas entre diferentes instâncias de poder<sup>2</sup>. O debate entre essas

---

<sup>1</sup> Daniel Costa é mestrando em História e bolsista CNPq, vinculado ao PPGH da Escola de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP). Contato: [d.silva16@unifesp.br](mailto:d.silva16@unifesp.br)

<sup>2</sup> Ver: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Uma leitura do Brasil colonial – bases da materialidade e da governabilidade no Império”. In: **Penélope – Revista de História e Ciências Sociais**, n. 23, 2000, HESPANHA, Antonio Manuel, “A constituição do Império português. Revisão de

abordagens demonstra, portanto, a complexidade das formas de organização do império português, nas quais interesses econômicos, estruturas institucionais e práticas políticas se articulavam na administração dos territórios ultramarinos<sup>3</sup>.

É nesse quadro historiográfico que se insere a obra *Brasil, África e Ásia na Monarquia Portuguesa (séculos XVI–XVIII)*, organizada por Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Isabele de Matos Pereira de Mello e Roberto Guedes. Reunindo autores de instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para além do eixo Sul-Sudeste, além de pesquisadores estrangeiros, o volume expressa a ampliação e a interiorização das redes de investigação dedicadas ao estudo do império português nas últimas décadas. Essa dispersão regional, que distingue a coletânea de obras anteriores do próprio grupo, reflete o crescimento dos programas de pós-graduação e a capilarização da pesquisa histórica no Brasil. Resultante do evento “ART 20 anos”, realizado em 2021, a obra marca as duas décadas do projeto *O Antigo Regime nos Trópicos* e apresenta um conjunto de trabalhos que exploram diferentes espaços da monarquia portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, privilegiando análises que destacam as conexões políticas e institucionais estabelecidas entre territórios situados na América, na África e na Ásia<sup>4</sup>.

A obra está organizada em oito blocos temáticos. No primeiro, dedicado à apresentação do volume, encontram-se os textos de João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e dos organizadores da coletânea, que resgatam a trajetória intelectual do projeto ART, abordando seus pressupostos teóricos e metodológicos. Destaque para o texto de Fragoso que parte de um balanço historiográfico sobre as raízes do conceito para, em seguida, criticar o modelo eurocêntrico do “*Rise of the West*”<sup>5</sup>. Outro aspecto relevante do artigo é a discussão,

---

alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs.). **O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>3</sup> Além da obra citada ver também: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português**. São Paulo: Alameda, 2005; SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (org.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>4</sup> As mesas do referido seminário pode ser assistidas no seguinte endereço:

[https://youtube.com/playlist?list=PLs\\_n0oj-a3rlrKS1ainT82mjEdqaN2UM6&si=H2XNWIKtVHqLonfw](https://youtube.com/playlist?list=PLs_n0oj-a3rlrKS1ainT82mjEdqaN2UM6&si=H2XNWIKtVHqLonfw) Acesso em: 12/03/2026

<sup>5</sup> Podemos traduzir *Rise of the West* para “Ascensão do Ocidente”, expressão que designa uma tradição historiográfica fundada na ideia de superioridade europeia e na centralidade da expansão mercantil para explicar

baseada em dados demográficos, sobre as alforrias como produto da própria dinâmica do antigo regime nos trópicos, evidenciando a complexidade social da América portuguesa para além da dicotomia metrópole-colônia<sup>6</sup> (p.43). Na sequência, Bicalho e Sampaio destacam suas trajetórias acadêmicas, enquanto Isabele de Mello explora o potencial teórico da obra e Guedes traça um balanço institucional e temático do projeto.

A segunda seção, intitulada "Balanços e mercados", aborda as dinâmicas econômicas e sociais do império. Stuart B. Schwartz abre o bloco problematizando a hipótese de se compreender a América portuguesa como uma sociedade de Antigo Regime. O autor sustenta seu argumento em três pontos: o papel da monarquia e sua administração, cuja forte presença teria ofuscado as câmaras municipais; a inexistência de uma nobreza titulada na colônia, diferentemente do reino; e a ausência de um legítimo "povo" como terceiro estado nos moldes do Antigo Regime português<sup>7</sup>. Para Schwartz, a população da América portuguesa, composta por um conjunto heterogêneo de indivíduos, era desprovida de um corpo político organicamente constituído e ligado ao rei, o que inviabilizaria a caracterização da colônia como uma sociedade de Antigo Regime, mesmo nos trópicos.

Em seguida, Rafael Chambouleyron propõe uma reflexão sobre a Amazônia colonial como parte constitutiva do império ultramarino português, questionando o peso que a historiografia tem atribuído ao tráfico negreiro, ao Atlântico Sul e à dicotomia entre litoral e sertão na explicação da formação do Brasil colonial. O autor demonstra que o acesso aos recursos da natureza não era apenas uma questão econômica, mas também um elemento central na elaboração de justificativas políticas e na definição de hierarquias sociais. A partir

---

a história global a partir do século XVI. No artigo, Fragoso utiliza o termo para criticar interpretações como as de Caio Prado Jr. e Immanuel Wallerstein, que segundo o autor reduzem a América portuguesa a mero reflexo do capital mercantil europeu. Para Fragoso, essa abordagem teria duas consequências: no plano internacional, contribuiu para a escassa atenção de historiadores europeus e norte-americanos à escravidão no Brasil, frequentemente reduzindo a América portuguesa à fórmula "*Brazil was founded on plantation slavery*"; no plano interno, alimentou o fascínio desses modelos sobre a historiografia brasileira, levando-a a atribuir quase que exclusivamente ao colonizador europeu a responsabilidade pelas desigualdades sociais, o que obscurece fenômenos como o controle do tráfico por comerciantes locais e mesmo a participação de negros aforriados na reprodução da escravidão.

<sup>6</sup> FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos Trópicos como work in progress* e para além do "*Rise Of The West*": América lusa, séculos XVI ao XVIII. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). **Brasil, África e Ásia na Monarquia Portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024, p. 43.

<sup>7</sup> SCHWARTZ, Stuart B. O Antigo Regime nos Trópicos e a cor do seu povo. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 99.

de documentação diversificada, localizada em arquivos nacionais e estrangeiros, Chambouleyron ainda problematiza interpretações consagradas sobre as populações indígenas ao destacar o que denomina "aprendizado amazônico"<sup>8</sup>, processo pelo qual portugueses, africanos e mestiços incorporaram saberes e práticas dos grupos nativos, revelando trocas culturais frequentemente ignoradas pela historiografia tradicional.

Dando continuidade ao percurso, Jucá de Sampaio analisa o mercado de bens urbanos do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, utilizando como fontes principais as escrituras públicas de compra e venda. Sampaio mostra que, em um mercado restrito, a aquisição de bens imobiliários dependia de considerável liquidez ou de acesso ao crédito, concedido, na ausência de instituições formais, mediante relações pessoais entre credores e devedores<sup>9</sup>. Os homens de negócio assumiam assim um papel central, não apenas como compradores ou vendedores, mas sobretudo como fonte de crédito que movimentava o mercado. Por fim, o autor dedica atenção aos grupos sociais mais pobres que acessavam a propriedade urbana nas áreas de expansão da cidade, onde construções precárias faziam com que terrenos fossem frequentemente recolocados à venda.

Luís Frederico Dias Antunes encerra a sessão discutindo os circuitos comerciais entre Brasil e Moçambique, com ênfase na Carreira da Índia e na Companhia de Comércio das Índias Orientais, entre 1697 e 1701. O autor também analisa o incremento do comércio direto entre a América portuguesa e Moçambique na segunda metade do século XVIII, durante o predomínio das políticas mercantilistas implementadas pelo Marquês de Pombal, mostrando como as conexões entre diferentes espaços do império se intensificaram ao longo do período.

O bloco seguinte, "Fundamentos teológico-jurídicos e aplicação da justiça", trata das formas de administração da justiça no império português. Abrindo a discussão, Isabele de Mello examina os processos de residência dos ouvidores no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, analisando as tensões entre fama, riqueza e serviço público. Ao cotejar essa documentação, ainda pouco explorada pela historiografia devido à sua dispersão, a autora revela que as residências estavam frequentemente sujeitas ao arbítrio do sindicante ou do

---

<sup>8</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia no Império. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 118.

<sup>9</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Mercado urbano e economia costumeira: a urbe carioca na primeira metade do Setecentos. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 153.

próprio syndicado, havendo, em muitos casos, uma expectativa prévia sobre o resultado a ser alcançado<sup>10</sup>. Assim, ainda que os atos jurídico-administrativos estivessem formalmente em ordem, a má fama podia comprometer carreiras e fortunas, evidenciando o peso das reputações e das disputas políticas em uma sociedade hierarquizada pelos valores do Antigo Regime.

Na sequência, Rafael Ruiz analisa os conceitos de perdão e misericórdia como fundamentos da justiça régia no século XVII, com base na *Apologia pro Pusillis*. Por fim, Márcia Eliane Alves de Souza e Mello estuda as ações judiciais interpostas por indígenas na Amazônia no século XVIII, ressaltando as disputas em torno da liberdade e da dominação colonial.

A quarta parte da obra, "Governos e nobreza", investiga a formação das elites locais e o exercício do poder. Thiago Krause analisa a nobreza baiana entre meados do século XVII e o último quartel do XVIII, articulando classe e estamento para compreender a elite da capitania. Tomando a Bahia como referência, por ser a principal produtora de açúcar e capital do Estado do Brasil até 1763, o autor caracteriza a sociedade da América portuguesa como "estamental tendencialmente classista", ou seja, teoricamente ordenada pelo sangue e nascimento, mas na prática estruturada pelo dinheiro e pelas relações pessoais e familiares<sup>11</sup>. Na sequência, Marcello Loureiro examina os "arbítrios" como instrumentos de participação política dos vassallos após a Restauração de 1640. Por sua vez, Nauk Maria de Jesus reconstrói a trajetória de José Paes Falcão das Neves, sargento-mor em Cuiabá, e Maria Lemke estuda o caso de Antônio Gomes de Oliveira, em Goiás, mostrando como alianças familiares e cargos administrativos sustentavam estratégias de mobilidade social. Ambas as contribuições abrem novas perspectivas para os estudos sobre o processo de colonização para além do litoral, voltando-se para o interior.

Essa temática continua no bloco seguinte, "Fronteiras", que discute as zonas de expansão territorial e os conflitos jurisdicionais. Júnia Ferreira Furtado interpreta o *Roteiro Ilustrado de Terras Minerais* (1729) como instrumento simbólico e político de colonização.

<sup>10</sup> MELLO, Isabele de Matos Pereira de. "Melhor é a fama ou as riquezas"? os processos de *residência* dos magistrados na segunda metade do século XVIII. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 216.

<sup>11</sup> KRAUSE, Thiago. Classe, estamento e poder na formação da nobreza baiana. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 279.

Judy Bieber examina as disputas em torno do controle da região mineradora no início do século XVIII, envolvendo o governador-geral João de Lencastre e o governador da Repartição do Sul, Artur de Sá e Meneses<sup>12</sup>. A autora acompanha a atuação dos sertanistas que, recrutados para a Guerra dos Bárbaros, percorreram o Rio São Francisco enquanto paulistas subiam o Rio das Velhas. O capítulo dedica-se, assim, a investigar a definição dos limites territoriais internos da América portuguesa e as formas de governo exercidas "às margens do poder visível"<sup>13</sup>.

Hélida Santos Conceição propõe a existência de uma "gramática política" formulada pelos sertanistas nas fronteiras da América portuguesa no século XVIII<sup>14</sup>. A autora argumenta que a conquista das fronteiras tornou-se expediente longo e duradouro do movimento sertanista, transformando-se em sua principal agência, constantemente ressignificada pelo acúmulo de experiências e pela circulação de notícias. Ao analisar fontes sobre a conquista do Rio de São Mateus em 1727, revela que os sertanistas, ao contarem suas próprias histórias por meio da oralidade ou da escrita, construíam narrativas que legitimavam seu conhecimento e experiência, disseminando uma gramática política característica das conquistas nos sertões coloniais.

A sexta parte, intitulada "Índios", trata das políticas indigenistas da Coroa e das formas de resistência. Ângela Domingues apresenta um panorama historiográfico sobre as relações entre indígenas e o Estado na Amazônia, destacando os saberes nativos e sua circulação no império. Márcia Amantino investiga o protagonismo indígena no processo de expulsão dos jesuítas, revelando resistências locais às imposições metropolitanas.

Aproximando-se do fim da obra, o sétimo bloco, "Clero, instituições e manifestações religiosas", examina as interfaces entre religião e poder. Isabel dos Guimarães Sá analisa as misericórdias como instituições ambíguas, situadas entre a autoridade local e a régia. Por sua vez, William de Souza Martins, tomando como cenário as capitanias do Rio de Janeiro,

---

<sup>12</sup> BIEBER, Justin. Limites territoriais no antigo regime: Bahia e Minas Gerais no começo do século XVIII. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 381.

<sup>13</sup> HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e Poder Político - Portugal, séculos XVI-XVIII**. Coimbra: Almedina, 1994, p.439.

<sup>14</sup> CONCEIÇÃO, Hélida Santos. A agência sertanista e a produção de uma gramática política das conquistas nas fronteiras da América portuguesa, século XVIII. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 412.

Pernambuco e Bahia, explora um tema ainda pouco abordado pela historiografia: os hospícios franciscanos e carmelitas no século XVIII.

Anderson José Machado de Oliveira investiga a diversidade racial no clero secular da América portuguesa no século XVIII, mostrando como a Igreja reforçava as classificações sociais e raciais no contexto colonial. O autor revela essa dinâmica por meio da análise dos processos eclesiásticos de ordenação sacerdotal, especialmente no bispado do Rio de Janeiro, com aproximações ao do Maranhão<sup>15</sup>. Entre fins do Seiscentos e a primeira metade do Setecentos, tais registros passaram a empregar um vocabulário social padronizado, definido a partir da experiência dos agentes eclesiásticos em uma sociedade escravista e hierarquizada pelos valores do Antigo Regime. Esse discurso, presente nas dispensas e demais documentos, explicita o papel da Igreja na produção e reprodução das hierarquias raciais e sociais.

Finalmente, na parte intitulada "Guerra civil e escravidão", são problematizadas as formas de dominação e resistência social. Ao analisar o Reino do Congo e sua inserção no mundo atlântico entre os séculos XVII e XVIII, John K. Thornton mostra que, durante a Guerra Holandesa (1641-1648) e nos anos seguintes, o Congo estabeleceu contatos frequentes com comerciantes holandeses, ingleses e franceses, nações que até então comercializavam sobretudo metais, como o cobre. A partir do final dos anos 1630 e 1640, o comércio direto de escravizados expandiu-se, o que, longe de significar passividade, permitiu ao Congo ampliar seu controle sobre uma vasta região africana<sup>16</sup>. Thornton oferece, assim, uma perspectiva que escape ao eurocentrismo ao revelar as complexas tramas que envolviam o Atlântico moderno.

Márcio de Sousa Soares analisa as hierarquias sociais em São Luís do Maranhão ao longo do século XVIII, período em que a cidade se transformou em importante entreposto comercial. O autor demonstra que, até meados do século XVIII, a economia local dependia fundamentalmente da exploração da mão de obra indígena. A partir da segunda metade do século, as reformas pombalinas promoveram mudanças expressivas: de um lado, o incremento das exportações de gêneros regionais para o reino; de outro, o aumento das importações de

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Catolicismo e classificações sociais: a presença de índios, mamelucos, pretos, pardos e mulatos no clero secular - América portuguesa (século XVIII). In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 529.

<sup>16</sup> THORNTON, John K. O Reino do Congo no antigo regime nos trópicos. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 565.

africanos e a intensificação da imigração de reinóis e açorianos, gerando crescimento populacional significativo. É nesse contexto de transformações que o autor investiga a configuração das hierarquias sociais locais, marcadas pela escravidão e pelos processos de mestiçagem<sup>17</sup>.

Roberto Guedes investiga a trajetória dos "senhores libertos" no Rio de Janeiro ao longo do século XVIII, período marcado pela expansão do comércio atlântico de escravizados e pelo crescente acesso de negros alforriados e seus descendentes à condição de proprietários de cativos. O autor demonstra que esses ex-escravizados não apenas reproduziam práticas escravistas, como também utilizavam o vocabulário social hierarquizado da época para legitimar seu poder sobre outros cativos<sup>18</sup>. Tais formas de tratamento, interiorizadas desde a infância por libertos, escravizados e senhores, integravam os costumes e eram reforçadas pelas normas de uma sociedade de Antigo Regime, na qual assimetrias escravistas e desigualdades jurídico-sociais de caráter estamental se retroalimentavam.

Destaco que a coletânea oferece contribuições substantivas que vão muito além da perspectiva transatlântica. Os estudos reunidos examinam instituições, práticas econômicas, hierarquias sociais, trajetórias individuais e redes familiares, evidenciando a complexidade da América portuguesa para além da exploração mercantil comandada pela metrópole. Mais do que isso, tais análises fornecem elementos para uma crítica às interpretações do ASC. Se para esta tradição a colonização era explicada prioritariamente pelo "sentido da colonização" voltado para o exterior, os trabalhos aqui reunidos demonstram a centralidade das dinâmicas internas, das negociações entre centro e periferia e da reprodução de hierarquias sociais forjadas no próprio ultramar<sup>19</sup>. Como argumenta Frágoso no capítulo de abertura ao criticar o paradigma do *Rise of the West*, trata-se de deslocar o foco da dependência externa para a compreensão das lógicas políticas e sociais que estruturavam a monarquia pluricontinental,

---

<sup>17</sup> SOARES, Márcio de Sousa. Escravidão, hierarquias e mestiçagens em São Luís do Maranhão (século XVIII). In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 588.

<sup>18</sup> GUEDES, Roberto. Os senhores forros, a nomeação da escravidão e a reprodução da desigualdade (Rio de Janeiro, século XVIII). In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (orgs.). *Op. Cit.*, 2024, p. 617.

<sup>19</sup> Ver: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989 e PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

sem ignorar, conforme alerta Laura de Mello e Souza, que essa sociedade se assentava sobre a escravidão e o exclusivo comercial, elementos que a distinguem do Antigo Regime europeu<sup>20</sup>.

Ao articular instituições, práticas econômicas, hierarquias sociais, trajetórias individuais e redes familiares em uma perspectiva que integra diferentes espaços do império, a obra propõe novos caminhos analíticos para a compreensão do mundo luso-moderno. Trata-se, portanto, de uma contribuição fundamental para os campos da História Moderna, História do Brasil Colonial e Estudos Atlânticos, sendo de grande interesse para pesquisadores, docentes e estudantes que buscam entender os entrelaçamentos entre economia, poder, cultura e sociedade no império português.

---

<sup>20</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.23-24. Em evento realizado pelo PGH-UFRPE em comemoração aos vinte anos de publicação do livro *Antigo Regime nos Trópicos*, ao recordar as contendas entre ambos os grupos, concluiu que, passadas duas décadas, hoje ambas as correntes apresentariam muito mais convergências do que divergências. A referida mesa pode ser assistida em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJDpYuqta1A>. Acesso em: 12/03/2026.